



Número: **0801220-86.2020.8.15.0751**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Bayeux**

Última distribuição : **01/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 2.506,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**



Justiça gratuita? **SIM**


Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**



Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VICTOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31153 967	01/06/2020 12:28	Petição Inicial	Petição Inicial
31153 971	01/06/2020 12:28	GuiaCustas VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO	Documento de Comprovação
31153 972	01/06/2020 12:28	vitor gabriel salustiano docs	Documento de Comprovação
31153 974	01/06/2020 12:28	vitor gabriel salustiano ok	Documento de Comprovação
32811 115	31/07/2020 08:12	Despacho	Despacho
33057 170	10/08/2020 12:54	Petição	Petição
33057 171	10/08/2020 12:54	COMP. RENDA VICTOR SALUSTIANO	Documento de Comprovação
33180 229	13/08/2020 11:45	Petição	Petição
33180 236	13/08/2020 11:45	VITOR GABRIEL SALUSTIANO DOC MED.	Documento de Comprovação
37108 697	26/11/2020 18:23	Despacho	Despacho

anexo.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.20.32280/01
			Data de emissão: 01/06/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2020
Número da guia: 200.2020.632280 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 155,34 Promovente: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 208,47
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000022 084709283182 520200630207 012032280013 			Valor final: R\$ 208,47

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.20.32280/01
			Data de emissão: 01/06/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2020
Número da guia: 200.2020.632280 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 208,47
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 208,47

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.20.32280/01
			Data de emissão: 01/06/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2020
Número da guia: 200.2020.632280 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 155,34 Promovente: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 208,47
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000022 084709283182 520200630207 012032280013 			Valor final: R\$ 208,47





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.632280

Data Vencimento: 30/06/2020

Data Emissão: 01/06/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Valor da Causa: R\$ 2.506,25

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 155,34

Taxa: R\$ 51,78

Total da Guia: R\$ 207,12

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 01 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD – JUDICIAL ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME: Victor gabriel Salustiano de Araújo. TELEFONE (83) 988533062

ESTADO CIVIL: Solteiro PROFISSÃO FreemTista

CPF 136.488.854.80 RG 4.135.589 ENDEREÇO Rua: Maria

Auxiliadora N:193

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438 e MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA OAB/PB 17.295** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 01, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de econômica mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

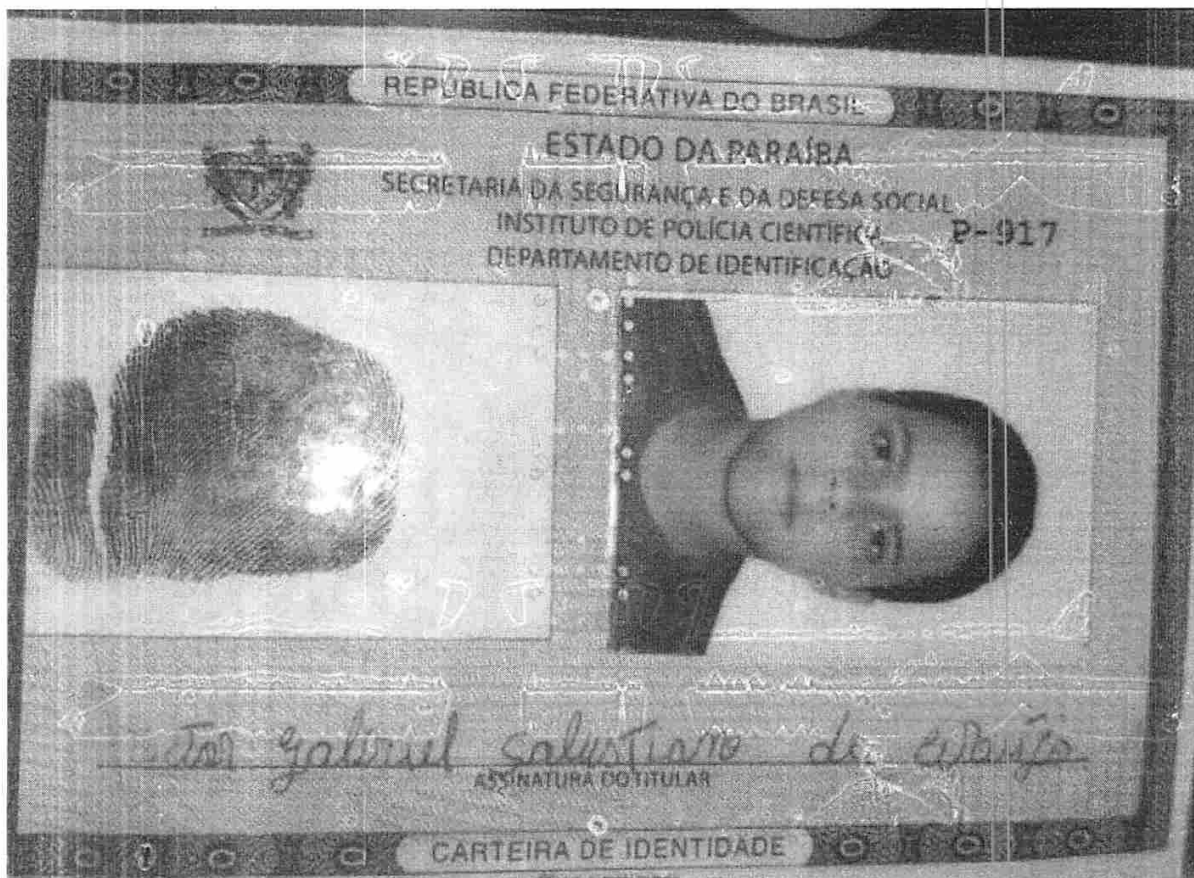
GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 18 de maio de 2020

(OUTORGANTE) x Victor gabriel Salustiano de Araújo.





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	4.135.589
DATA DE EXPEDIÇÃO	10/12/2012
NOME	VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO
FLACON	ROBSON DE SOUSA ARAÚJO
ROBERTA SALUSTIANO DE ASSIS	
DATA DE VALIDADE	
DATA DE NASCIMENTO	05/11/2000
JOÃO PESSOA-PB	
DOC ORIGEM	
NASC.N.5360 FLS.247 LIV.A-07	
CERTORIO SÃO JOSÉ DE ESP-PB	
JOÃO PESSOA - PB	
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI N. 7.115 DE 29/08/83	



DANIEL DE ALMEIDA SILVA
RUA MARIA AUXILIADORA SILVA, 193 / Q 119 L 21 - MARIO ANDREAZZA
BAYEUX / PB CEP: 55309550 (AG: 1)

Ligação MONOFÁSICO
Clif/Sec RES MT C B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Roteiro 19-S-525-5940 Referência Jan / 2020
Medidor 00005653300 Emissão 24/01/2020

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br280, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 55071-680
CNPJ 08.095.193/0001-40 Insc. Est. 19.015.523-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 037 528 352
Cód. para Dêb. Automático: 00004197802

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jan / 2020	24/01/2020	26/02/2020	024.399.524-05 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/419780-2

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Aproveite o 13º e regularize suas contas em atraso, podemos negociar para você começar o ano novo numa boa!

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
29/12/19	7036	24/01/20	7147		103	29

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa	Valor Base	Custo	Alíq.	ICMS (R\$)	Base Calc	Pot (R\$)	Consumo (R\$)
CCl	Descrição			Tributos Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	Pot (R\$)	Pot (R\$)	Pot (R\$)	Pot (R\$)
0601	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,268590	8,06	8,06	27	2,16	8,06	0,08	0,37
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70,000	0,462170	32,35	32,35	27	8,73	32,35	0,32	1,49
0601	Consumo - 101 a 220kWh-BR	9,000	0,853250	7,68	7,68	27	1,88	7,68	0,06	0,28
0601	Adic. B. Amarela			1,18	1,18	27	0,32	1,18	0,01	0,05
0610	Subsídio			39,27	39,27	27	10,33	39,27	0,39	1,76
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIBUIÇÃO LUM. PÚBLICA			0,23	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 11/2019			0,83	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 12/2019			0,37	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 11/2019			2,50	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 12/2019			1,57	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-25,50	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCl: Código de Classificação do Item TOTAL 69,91 69,11 23,24 69,11 0,85 3,98
Tarifa s/ Tributos: Até 30kWh 0,161720 Até 100kWh 0,311520 Até 220kWh 0,467270

Média últimos meses (kWh) **VENCIMENTO** **TOTAL A PAGAR**
132 **31/01/2020** **R\$ 68,81**

Histórico de Consumo (kWh)

156 | 148 | 134 | 132 | 132 | 118 | 109 | 122 | 119 | 130 | 147 | 132
Jan/19 | Feb/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19

RESERVADO AO FISCO

3fce.33a5.af27.4575.bc44.f0e7.3aa8.5a59.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo			
11/2019 - Diário				Discriminação	Valor (R\$)	%	
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Serviços de Dist. da Energia/PB	12,37	17,98	
DIC MENSAL	5,19	NOMINAL	220	Compra de Energia	16,19	23,53	
DIC TRIMESTRAL	10,39			Serviço de Transmissão	1,64	2,37	
DIC ANUAL	20,77			Encargos Setoriais	1,86	2,70	
FIC MENSAL	3,35			Impostos Diretos e Encargos	36,55	53,12	
FIC TRIMESTRAL	6,72	CONTRATADA		Outros Serviços	0,00	0,00	
FIC ANUAL	13,45						
DMIC	2,94	LIMITE INFERIOR					
DMIC	12,22						
				Total	69,91	100,00	
				Valor do EUD (Ref. 11/2019) R\$ 48,92			

Valor do EUSD (Ref. 11/2019) R\$ 46,92

ATENÇÃO

Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$25,80

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 01/06/2020 12:28:11

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2006011228118000000029897898>

Número do documento: 2006011228118000000029897898



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01998.01.2020.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01998.01.2020.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:18 horas do dia 21 de fevereiro de 2020, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Cristiano Cruz Cordula, Agente de Investigação, matrícula 1565699, ao final assinado, compareceu **Vitor Gabriel Salustiano de Araújo**, CPF nº 136.488.854-80, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Frentista, filho(a) de Roberta Salustiano de Assis e Robson de Sousa Araújo, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 05/11/2000 (19 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria Auxiliadora, Nº 193, bairro Mário Andreazza, tendo como ponto de referência Mercadinho Padre Cícero., na cidade de Bayeux/PB, telefone(s) para contato (83) 98853-3062.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Sr. do Bomfim, Em Baixo do Viaduto., Bayeux/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 29/12/19 13:40h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

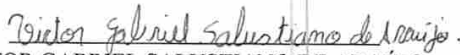
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE, segundo o declarante no dia 29/12/2019 por volta das 13:40 horas quando pilotava a moto: HONDA/CG 160 START ano/mod: 2018/2018, de cor preta de placa: QSA6578/PB CHASSI: 9C2KC2500JR138623 pertencente a Sra. ROBERTA SALUSTIANO DE ASSIS, portadora do CPF: 011.724.024-93, Que conduzia normalmente a moto pela Rua Sr. do Bom Fim, Bayeux, Quando foi atingido por um veículo não identificado que evadiu-se do local, Que devido ao fato o declarante veio a cair ao solo e se lesionar sendo socorrido, por terceiros, e conduzido ao HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA sendo transferido, em seguida para o COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOVERNADOR TARCÍSIO BURITTY, onde foi diagnosticado, de acordo com o LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA: FRATURA BIMALEOLAR CID: S82.6, conforme LAUDO MÉDICO-RESUMO DE ALTA assinado pela Dr. YURI CORDEIRO CRM 11507 PB.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 21 de fevereiro de 2020.


CRISTIANO CRUZ CORDULA
Agente de Investigação


VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO
Noticiante

Procedimento Policial: 01998.01.2020.1.00.401



COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Data: 29/12/2019
Hora: 22:57:22
Recepcionista: THAIS DE ALMEIDA FERNANDE
Clinica: ORTOPEDIA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO

Num. Prontuario: 2019.12.003230

Nome Social: NAO INFORMADO CPF:

CNS: 706402101486385 Sexo: M IDENTIDADE: 4135589 Fone: 988538837

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 05/11/2000 Id: 19 ano(s)

End.: RUA MARIA AUXILIADORA ARAUJO SILVA (AREA II), 193

Bairro: MUTIRAO Cidade: BAYEUX UF: PB

Mae: ROBERTA SALUSTIANO DE ASSIS

Pai: ROBSON DE SOUSA ARAUJO

Raca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: ESTUDANTE

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: NAO INFORMADO

Resp.: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO

Rel. Doc. Responsavel: 988538837 / IDENTIDADE: 4135589

Pr. Vencencia: HOSPITAL TRAUMA

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: MOTO

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC: TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso: Altura:

[] Hemorragia [] Dispneia

Glicemia: IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd: O2%:

[X] Regular [] Chocado

[] Vomito

Observacao

Principal

FRATURA EXPOSTA DE MALEOLO ENCAMINHADO PECO
TRAUMA

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Por exame do HOSPITAL de trauma de Atendimento de 15:00h com
Tornico e - Porco de trauma por de trauma

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

Thales Farias
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 8709 - PE 21393
FOT 13803

21/04/2021 - Psicologia (22:40h)
Realizado acolhimento + suporte
e orientações

Ana Nery de Medeiros
Psicóloga Clínica e Hospitalar
357.228.004-48
CRP 13/2058

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Qtd.	Medicamentos	Dose	Horário	Evolução

Assinatura e Carimbo da Enfermeira (o) Responsável pelo plantão: _____

PROCEDIMENTO REALIZADO:

DESTINO DO PACIENTE:

() Residência () Transferido () Desistência () U.T.I.
() Alta a Pedido () Enfermaria Óbito: () Atestado () S.V.O () I.M.L

Jose Eduardo da Silva
Assinatura do Paciente / Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico



Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200120401 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA VICTOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO VICTOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO

CPF/CNPJ: 13648885480

Posição em 13-04-2020 14:18:11

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00



Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
-------------------	----------------------	------------------	-------------

03/04/2020	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75
------------	------------	----------	------------

Victor gabriel salustiano de araujo

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
08/04/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/tif2R3ENP1f+56OmNzEcVapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75sVP8dJNJDPDrSRbl2FHHjQ=)
20/03/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/nSr23LQAJ__bPyqTG3fGoTapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75sVP8dJNJDPDrSRbl2FHHjQ=)





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____VARA DO FORUM DE BAYEUX.

JUSTIÇA GRATUITA

VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO, brasileiro, solteiro, Profissão: Frentista inscrito no RG sob o nº 4.135.589 SSP/PB e CPF de nº 136.488.854-80, residente e domiciliado na Rua Maria Auxiliadora, N 193, Sesi – Mario Andreazza Bayeux/PB, CEP: 58309-650, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **29/12/2019**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **Fratura do bimalleolar, que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 3.375,00 (Três mil trezentos e setenta e cinco reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 843,75 em 03/04/2020, conforme documentação acostada.

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO



Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO



Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 2.506,25.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 28 de Maio de 2020.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA
OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE
OAB/PB 14.438

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA
OAB/PB 17.295

THIAGO OLIVEIRA SILVA
ESTAGIÁRIO

QUESITOS



- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Bayeux

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801220-86.2020.8.15.0751

DESPACHO

Vistos, etc.

Do Pedido de Gratuidade

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º, do CPC/2015).

Assim, INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO (PJe), PARA JUNTAR no prazo de 15 (quinze) dias documentos aptos a comprovar a necessidade de deferimento do benefício. Mais especificamente, deve a parte juntar comprovante de seus rendimentos, especificamente contracheque ou declaração de IRPF - ou outro meio idôneo. Salienta-se que apenas a juntada da declaração de hipossuficiência não faz prova inequívoca acerca da presunção de impossibilidade de pagamento.

Até porque, o próprio sistema do PJe e o CPC permitem tanto o desconto às custas quanto o parcelamento em até 6 (seis) vezes, o que facilita o adimplemento.

Desse modo, considerando que a juntada de tais documentos (ou, caso prefira, o pagamento das custas) é imprescindível ao ajuizamento da ação, que a parte cumpra com a determinação contida neste despacho no prazo acima indicado sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito sem resolução do mérito.

Com o pagamento ou juntada de documentos, venham os autos conclusos a despacho. Caso decorra o prazo sem manifestação, certifique-se o decurso e faça-se conclusão do feito para sentença.



BAYEUX, 30 de julho de 2020.

JUIZ DE DIREITO



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DE BAYEUX.

JUSTIÇA GRATUITA

VICTOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO, já devidamente singularizado nos autos do processo, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, atender o despacho retro.

O autor atualmente encontra-se trabalhando, desempenhando o cargo de Frentista, na empresa MEGA POSTO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, com uma renda que gira em torno de apenas um salário mínimo que utiliza dele integralmente para seu sustento e de sua família. Dessa forma, o autor não dispõe de recursos para custear as despesas processuais, momento que reitera o pedido feito na inicial, a concessão da justiça gratuita.

Vejamos o “art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei*”. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: “a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”.

Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC

Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.

Nestes termos, pede-se deferimento.

João Pessoa, 10 de Agosto de 2020.



Recibo de Pagamento (Folha de Pagamento)		Data e Assinatura	
Empregador MEGA POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA		Inscrição CNPJ: 05.325.947/0001-96	
Empregado 000033 VICTOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO		Admissão 11/03/2019	Competência Setembro de 2019
PIS 13557643181	Caro FRENTISTA	Lotação GERAL/GERAL/GERAL/GERAL/GERAL	
Banco	Agência	Conta	Tipo de Conta

Discriminação das Verbas				
Cod.	Descrição	Referência	Provento	Desconto
011	Salário-Base	30 dia(s)	1045,12	
013	Periculosidade	30%	313,54	
310	INSS	8%		108,69
			Total de Proventos 1.358,66	Total de Descontos 108,69
				Líquido a R. Pagar 1.249,97
				Base de Cálculo do IRRF
Base de Cálculo do FGTS		FGTS	FGTS Contribuição Social	
1.358,66		108,69		



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DA 2ª Vara Mista de Bayeux.

JUSTIÇA GRATUITA

VICTOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO, já devidamente singularizado nos autos, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, apresentar a juntada dos documentos médicos.

Pede-se deferimento,

João Pessoa, 13 de Agosto de 2020.



COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone:(83)3214-1980
FAX:() - CNPJ:

Data: 29/12/2019
Hora: 22:57:22
Recepcionista: THAIS DE ALMEIDA FERNANDE
Clinica: ORTOPEDIA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1
Num. Prontuario: 2019.12.003230

Nome: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO

Nome Social: NAO INFORMADO CPF:

CNS: 706402101486385 Sexo: M IDENTIDADE: 4135589 Fone: 988538837

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 05/11/2000 Id: 19 ano(s)

End.: RUA MARIA AUXILIADORA ARAUJO SILVA (AREA II),193

Bairro: MUTIRAO Cidade: BAYEUX UF:PB

Mae: ROBERTA SALUSTIANO DE ASSIS

Pai: ROBSON DE SOUSA ARAUJO

Raca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: ESTUDANTE

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: NAO INFORMADO

Resp.: VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO

Rel. Doc. Responsavel: 988538837 / IDENTIDADE: 4135589

Pr. Vencencia: HOSPITAL TRAUMA

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: MOTO

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC: TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso: Altura:

[] Hemorragia [] Dispineia

Glicemia: IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd: O2%:

[X] Regular [] Chocado

[] Vomito

Observacao

Principal

FRATURA EXPOSTA DE MALEOLO ENCAMINHADO PECO
TRAUMA

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente chegou ao HOSPITAL de trauma de ARAUJO às 15:00h com
trauma e - Ponto de sutura por a ser feito

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao



21/04/2021 - Psicologia (22:40h)
Realizado acolhimento + suporte
e orientações

Ana Nery de Medeiros
Psicóloga Clínica e Hospitalar
357.228.004-48
CRP 1312958

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Qtd.	Medicamentos	Dose	Horário	Evolução

Assinatura e Carimbo da Enfermeira (o) Responsável pelo plantão: _____

PROCEDIMENTO REALIZADO:

DESTINO DO PACIENTE:

() Residência () Transferido () Desistência () U.T.I
() Alta a Pedido () Enfermaria Óbito: () Atestado () S.V.O () I.M.L

Jose Eduardo da Silva
Assinatura do Paciente / Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico





Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____
Alergias: _____
Cirurgias: _____ []HTF
[]HAS []DM []TB []HEP []Dislipidemia []Banho de Rio []Casa de Taipa
[]Trauma []Neo []Tabagismo
[]Alcoolismo
Exercício Físico: _____ Alimentação: _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____
Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA= _____ mmHg
FC= _____ FR= _____ TEMP(°C)= _____

Geral: _____

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____

Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: _____

Hipóteses Diagnósticas: _____

Conduta: _____



Dr. Elias G. F. Bonifacio
OPM PB: 5395
CRM PE: 14654
SBOT: 9876

MÉDICO/CRM





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME	VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO					PRONTUÁRIO Nº		
IDADE	19	SEXO	MASC.	COR		CLÍNICA	ENF	LEITO

DATA DE ADMISSÃO	29/12/19	DATA DE ALTA	03/02/20	TEMPO DE PERMANÊNCIA
------------------	----------	--------------	----------	----------------------

DIAGNÓSTICO INICIAL	FX RINGUELA @	CID	S.82.6
---------------------	---------------	-----	--------

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO	O MESMO
------------------------	---------

OUTROS DIAGNÓSTICOS	
---------------------	--

PRINCIPAIS EXAMES	RD
-------------------	----

PROCEDIMENTO REALIZADO	
------------------------	--

TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA	curativo TTO conservador
---------------------------	--------------------------

ANATOMIA PATOLÓGICA	
---------------------	--

INFECÇÃO F.O.	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	COLETA DE MATERIAL	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
---------------	------------------------------	---	--------------------	------------------------------	---

RESULTADO BACTERIOLOGIA	
-------------------------	--

CONDIÇÕES DE ALTA	<input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO	<input type="checkbox"/> REMOVIDO	<input type="checkbox"/> A PEDIDO	<input type="checkbox"/> CURADO	<input type="checkbox"/> ÓBITO
-------------------	---	-----------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------	--------------------------------

RESUMO CLÍNICO	(HISTÓRIA EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES)
----------------	--

PACIENTE COM RINGUELA E FX SE DEBIL.
SEM DO AL TPO POR TTO CONSERVADOR E.
ACOMPANHA MCMO DE RINGUELA AMBULATORIAL

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA:	LIQUIDA
--------	---------

REPOUSO:	Relativo em casa por _____ dias.
----------	----------------------------------

	Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.
--	---

	Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.
--	--

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:	Lavá-la com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.
-----------------------------------	---

MEDICAÇÕES PARA CASA:	DNE + CEFALOXINA
-----------------------	------------------

RETORNO	Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos
	Ao Ambulatório do DR MONTE / YONY em 30 dias para revisão.

03/02/20

DATA

Dr. Yury Cordeiro
CRM 11.607 PB
Ortopedia e Traumatologia
ASS. MÉDICO / CRM

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar

Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO

TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



[Faint, illegible text across the page, possibly bleed-through from the reverse side. Some faint markings resembling a signature or initials are visible in the center.]



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª VARA MISTA DA COMARCA DE BAYEUX

Av. Liberdade, 900, Baralho, Bayeux - PB, CEP 58306-001 - TEL: (83) 3232-3250 - e-mail: bex.2vara@tjpb.jus.br

Ação nº 0801220-86.2020.8.15.0751
CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO [Acidente de Trânsito]
Nome: VICTOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAUJO
Promovente(s) Endereço: R DA MARIA AUXILIADORA ARAÚJO SILVA, 193, (Área II), MUTIRÃO, BAYEUX - PB - CEP: 58309-650
Promovido(s) Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - até 56 - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203

DESPACHO/ MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Valendo esta decisão como carta de citação e intimação, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba:

C ó d i g o d e N o r m a s d a C G J / P B : (...)
Art. 108. Fica autorizado o uso do despacho como carta citação/notificação/intimação/precatória/ofício pelos magistrados do primeiro grau de jurisdição, o qual consiste na prolação de ato decisório cujo teor sirva, automaticamente, de instrumento para citação, intimação, notificação, depreciação ou ofício.

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a descon sideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Deixo de aplicar o disposto no art. 334 do Código de Processo Civil, dada a absoluta impossibilidade de absorção deste ato pela pauta do juízo com prestígio ao princípio da celeridade, sem prejuízo, porém, de designação de audiência com este norte a qualquer tempo, à luz do art. 139, inciso V, do mesmo diploma legal, ou inclusão de ensejo a tanto em eventual audiência de instrução.

Cite-se, pelo correio (art. 247, *caput*, do CPC) ou através do cadastro de litigantes/orgãos do PJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação na forma do art. 335 do Código de Processo Civil, a contar da juntada do aviso de recebimento (art. 335, II c/c art. 183, ambos do NCPC), sob pena de revelia (art. 344 do CPC).

Se pedido, reservo-me para apreciar o pedido de tutela de urgência após a contestação.

Bayeux-PB, data e assinatura digitais.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E OS DEMAIS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL, ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	20060112281095100000029897894
GuiaCustas VITOR GABRIEL SALUSTIANO DE ARAÚJO	Documento de Comprovação	20060112281143200000029897897
vitor gabriel salustiano docs	Documento de Comprovação	20060112281180000000029897898
vitor gabriel salustiano ok	Documento de Comprovação	20060112281225300000029897899
Despacho	Despacho	20073108124685200000031418886
Despacho	Despacho	20073108124685200000031418886
Petição	Petição	20081012544114300000031645361
	Documento de	



COMP. RENDA VICTOR SALUSTIANO	Comprovação	20081012544135000000031645362
Petição	Petição	20081311454802300000031760220
VITOR GABRIEL SALUSTIANO DOC MED.	Documento de Comprovação	20081311454935300000031760677

Juíz de Direito

